

Gibbon e a história filosófica de Tácito

Gibbon and the philosophical history of Tacitus

Pedro Paulo Pimenta

pedronamba@gmail.com

(Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)

Resumo: Trata-se de mostrar como a concepção filosófica da história se fortalece no século dezoito com o recurso ao historiador antigo que fora negligenciado por Voltaire, o romano Tácito, autor de *Germânia*, *Histórias* e *Anais*, entre outras obras. Em Tácito, os autores de língua inglesa encontram o esquema histórico geral que permite compreender a gestação das instituições políticas da Europa moderna nas profundezas da floresta germânica da época de Roma.

Palavras-Chave: Gibbon; Tácito; liberdade; leis da história; civilização.

Abstract: The paper deals with Gibbon's philosophical history so as to show his indebtedness to the Roman historian Tacitus, author of the "Germania", "Histories", "Annals" and other books. Overcoming the neglect of Voltaire for the Roman author, Gibbon and his contemporaries find in his works the general principle of explanation for the origins of modern European political institutions in the deeps of the German forests at the time of Rome.

Keywords: Gibbon; Tacitus; liberty; laws of history; civilization.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v20i1p13-30>

No *Ensaio sobre o estudo da literatura*, seu escrito de estreia, Gibbon afirma: "não sei de outro além de Tácito que responda à ideia que tenho de historiador filosófico" (§ 52). O que Gibbon entende por essa ideia, não poderia ser mais simples:

Escolher os fatos que devem ser os princípios de nossos raciocínios: percebe-se que a tarefa não é fácil. A negligência ou o mau gosto de um historiador podem pôr a perder, para sempre, um traço único, para atordoar-nos com o ruído de uma batalha. Se nem todos os filósofos são historiadores, seria ao menos desejável que todos os historiadores fossem filósofos.¹

Não surpreende, dada a importância do bom gosto para o juízo do historiador,

1 GIBBON, E. *Essai sur l'étude de la littérature*. Paris: 1762. Edição eletrônica Eighteenth Century Collections online, § 52. Em citações subsequentes, as inserções entre colchetes indicam acréscimos da tradução inglesa (1765), feita pelo próprio Gibbon.

que o caráter filosófico de Tácito se descubra, para Gibbon, já no estilo:

O interessante Tito Lívio não se compara a Tácito. Ambos souberam se elevar acima dos compiladores grosseiros, que não vêem nos fatos nada além de fatos: mas enquanto um escreveu a história como rétor, o outro a escreveu como filósofo. Não é que Tácito tenha ignorado a linguagem das paixões ou Tito Lívio a da razão: mas este último, mais dedicado a agradar do que a instruir, vos conduz, passo a passo, atrás de seus heróis, e vos faz experimentar, alternadamente, o horror, a admiração, a piedade. Tácito não se serve do império da eloquência sobre o coração a não ser para ligar, diante de vossos olhos, a cadeia dos eventos, e preencher vossa alma com as mais sábias lições. Escalo os Alpes junto com Aníbal; mas delibero no conselho que se reúne em torno de Tibério. Tito Lívio pinta o abuso do poder; uma severidade que a natureza aprova, com um frêmito; o espírito de vingança e de patriotismo, que constitui o da liberdade, e a tirania que tomba sob sua investida²: mas as leis dos decênviros, [o caráter destas, os seus defeitos, a sua conveniência ao gênio do povo romano, ao partido do povo e aos] seus ambiciosos planos, ele as esquece por completo. Eu simplesmente não sei, pela leitura de Tito Lívio, como essas leis, feitas para uma república pequena, pobre, semi-selvagem [semi-civilizada], modificaram por completo a própria república, quando a força que mostraram, desde a sua instituição, levou-a ao topo da grandeza. Uma explicação como essa, eu encontraria em Tácito. E, se digo isso, não é só pela conhecida têmpera de seu gênio, mas também pelo quadro, enérgico e variado, que ele oferece das leis, filhas da corrupção, da liberdade, da equidade e da facção.³

Para Gibbon, o poder expressivo, ou o “império” de Tácito “sobre o coração” contribui para a justa apreensão dos eventos ao transportar a imaginação do leitor para os fatos *tais como eles ocorreram*, fornecendo, ao mesmo tempo, a *inteligência das causas destes*, com destaque para a origem das leis nas maneiras. Lívio é minucioso, toca a imaginação através da visão, mas não necessariamente permite a compreensão das verdadeiras causas dos eventos. Tácito mobiliza o sentido interno para produzir semelhante compreensão.

Esse paralelo reaparece numa das lições de Hugh Blair sobre retórica. Para Blair, “o quadro histórico é uma arte esplêndida”, que comporta diferentes graus de expressividade. Blair propõe um contraste entre Tito Lívio (*História de Roma*) e Tácito (*Anais*). Lívio se destaca por descrições minuciosas, que compõem cenas belas e vivas, ricas em “detalhes pitorescos” (*picturesque circumstances*). A “maneira” de Tácito é “inteiramente diferente”, menos preciosa, mais sugestiva, com cenas fortes exibidas sob luz inusitada. Lívio é mais “natural”, Tácito é mais “expressivo”; Lívio pinta “para a imaginação”, Tácito “fala ao coração”, e o poder evocativo do autor

2 TITO LÍVIO. *História de Roma*. 6 vols. Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1990, III, 44-60.

3 GIBBON, E. *Essai sur l'étude de la littérature*, § 52. O paralelo entre Tito Lívio e Tácito retoma um lugar-comum ciceroniano. No *De oratore*, Cícero põe em contraste Heródoto e Tucídides, destacando a expressão do último e a imitação do primeiro. CÍCERO. *De oratore*. Tradução de E. Courband. Paris: Belles-Lettres, 2003, II, 56. Cf. também DIONISO DE HALICARNASSO. *Da imitação*. In: *Critical essays*, vol. I. Londres: Loeb, 1974, livro III, cap. 01-03.

dos *Anais* é tão grande que chega a *ultrapassar* “as imagens de todos os poetas”. Por isso, Tácito, embora seja o “pintor mais talentoso”, não é um modelo a ser imitado pelos que se iniciam numa arte que requer, dos jovens, uma “maneira mais natural, fluente, popular” (*natural, flowing, popular*)⁴. O grande historiador, que Hume considerava “talvez o maior gênio da Antiguidade”⁵, é para aqueles poucos leitores dotados de imaginação suficientemente robusta para suportar, como diz Blair, as “espessas pinceladas” (*bold strokes*) do estilo mais elevado⁶: “aos vinte anos, Ovídio pode ser o autor favorito; aos quarenta, Horácio; e talvez Tácito aos cinquenta”⁷.

A comparação do estilo do historiador romano ao de um pintor, comum nos séculos XVII e XVIII, foi esmiuçada pela crítica posterior, na tentativa de explicar o gênio desse escritor. Parece haver consenso de que a pintura de quadros, principalmente nos *Anais*, adquire com frequência o caráter de uma sucessão, e alguns chegam a propor que o efeito tem algo de cinematográfico⁸. Aceite-se ou não essa sugestão, não há como recusar a análise de Barthes, que no ensaio “Tacite et le baroque funèbre” não hesita em falar de “pintura barroca”⁹ a propósito da desconcertante acumulação de mortes a que se assiste nos *Anais*. Lembrando que na Roma imperial “a morte obedece a um protocolo”, o grande crítico acrescenta que “a morte taciteana é um sistema aberto, submetido, a um só tempo, a uma estrutura e a um processo, a uma repetição e uma direção”¹⁰. Em suma, *tableau vivant*, como se costumava dizer no classicismo francês. Essa observação vale para o modo como Tácito comprime e compreende o tempo histórico em geral, processo a que se encontra subjacente uma estrutura determinada de causas e efeitos. Ouçamos Tácito a respeito:

Sei muito bem que muitos dos fatos que tenho referido, e que ainda espero referir, não de parecer talvez a certa gente coisas de pouca importância, e como tais indignas de memória (...) Contudo, não se deve considerar como de pouca utilidade os sucessos que, parecendo à primeira vista pequenos, produzem muitas vezes grandes resultados. Em todo o tempo as nações ou as cidades têm sido governadas ou pelo povo, ou pelos nobres, ou por um só imperante; porque uma república, constituída com estes três diferentes poderes escolhidos e unidos, dificilmente poderia existir; e quando existisse não é natural que sua duração fosse longa. Por este motivo assim

4 BLAIR, H. *Lectures on rhetoric and belles-lettres*. Southern Illinois University Press, 2005, pp. 406-07. Uma análise estilística pormenorizada - na mesma linha apontada por Blair e Gibbon - encontra-se em SYME, R. *Tacitus*. 2 vols., Oxford: Clarendon Press, 2ª edição, 1958, vol. I, caps. 26-27.

5 HUME, D. *A treatise of human nature*. Ed. Selby-Bigge/Nidditch, Oxford: Clarendon Press, 1978, X, 02, pp. 122-3.

6 BLAIR, H. *Lectures on rhetoric and belle-lettres*, XXXVI, p. 407.

7 HUME, D. Do padrão do gosto. In: *Essays, moral, political and literary*. Ed. Miller. Indianapolis: Liberty Fund, 1986, p. 244.

8 CIZEK, E. *Histoire et historiens à Rome dans l'Antiquité*. Lyon: Presses Universitaires, 1995, pp. 245 ss.

9 BARTHES, R. Tacite et le baroque funèbre. In: *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964, pp. 108-111.

10 Idem, p. 111.

como nos tempos antigos, quando o governo era popular, ou era patriciano ou aristocrático, se julgava necessário conhecer o caráter do povo e os meios de moderar sua efervescência, e então passaram também por mui hábeis e sagazes todos os que se aplicaram com cuidado a estudar o espírito do senado e dos grandes; assim igualmente agora que tudo está mudado, e que temos só um príncipe que governa, não me pareceu fora de propósito indagar, e escrever estas coisas¹¹.

“Conhecer o caráter do povo”, “estudar o espírito do senado e dos grandes”, é buscar por causas profundas, às vezes insuspeitas, de eventos de vulto que nem sempre são produzidos por outros de envergadura equivalente. Questão de método, que exige um espírito disciplinado e sutil, capaz de conter a forte influência que exerce na imaginação a presença do que Hume chamará de “circunstâncias superfúas, conjugadas a essenciais”, por meio da “reflexão sobre a natureza de tais circunstâncias”. É preciso conhecê-las em abundância para decidir, diante das que se apresentam, qual a sua verdadeira importância¹².

A aliança de perspicácia e erudição que se encontra em Tácito e que lhe permite discernir nas maneiras dos nobres de Roma as causas dos reveses do império faz o deleite de Gibbon, que vê nessa argúcia uma faculdade de desvendar o sentido inerente à trama da experiência: “a história, para um espírito filosófico, é como o jogo para o marquês de Dangeau. Ele via um sistema, relações, sequências, ali, onde os outros não discerniam senão caprichos da fortuna. Essa ciência, para o filósofo, é a ciência das causas e efeitos” (§ 48). Para ser filosófico no estudo da história, não basta, portanto, que um autor identifique, fiando-se por evidências, relações de causa e efeito a propósito de fenômenos; o verdadeiro gênio - que Gibbon considera raríssimo - toma tais relações como um sistema, e, comparando-as com outras relações concomitantes, se alça até causas gerais que, no estudo da história humana, adquirem o caráter de leis:

Entre a multidão dos fatos, há aqueles, e são muitos, que nada provam além de sua própria existência. Há outros que podem ser citados numa conclusão parcial, que facultam ao filósofo julgar os motivos de uma ação ou um traço de caráter: que iluminam uma cadeia de ideias. Os que predominam no sistema geral, que estão intimamente ligados a ele e põem em movimento as molas da ação, são muito raros; mais raro ainda é encontrar espíritos que consigam entrevê-los, no vasto caos dos eventos, e extraí-los puros, sem mistura.¹³

“Extraír os fatos puros e sem mistura” é destacá-los de um emaranhado de eventos pouco importantes, com os quais se confundem por estarem próximos deles no tempo e/ou no espaço. Voltaire lia Tácito para se distrair, recorrendo a Lívio para se instruir¹⁴; talvez não considerasse que a perspicácia na seleção dos fatos é a virtu-

11 TÁCITO. *Anais*. Tradução Freire de Carvalho. Rio de Janeiro: Jackson, 1970, IV, 32-33.

12 HUME, D. *A treatise of human nature*, I, 03, 12, p. 148.

13 GIBBON, E. *Essai sur l'étude de la littérature*, § 54.

14 Cf. MOMIGLIANO, A. Tacitus and the tacitist tradition. In: *The classical foundations of modern*

de que aproxima a arte do historiador daquela do pintor (de quadros históricos). Com a diferença que a seleção das formas na pintura obedece ao critério de proporção e simetria, enquanto que na história ela é pautada pelas relações de causa e efeito, semelhança e contiguidade (para Gibbon, nessa ordem), o que leva frequentemente a opções como as de Tácito, que põe de lado “a descrição de diferentes povos e dos diferentes países, a variedade das batalhas e as ações ilustres dos grandes capitães” para se concentrar em eventos determinantes dessas ações. Assim, no livro I da *História*, pode-se ler:

Parece-me apropriado, antes de dar início à tarefa proposta, examinar a condição da capital, o ânimo das tropas, a atitude das províncias, e os elementos de fraqueza e de força que se encontravam ao longo do império, para que assim possamos nos familiarizar não apenas com as vicissitudes e resultados dos eventos, o que com frequência depende do acaso, mas também com as causas e relações entre eles.¹⁵

Mas o discernimento das causas e das relações entre os eventos não se restringe ao tempo histórico enquanto tal, deve se estender à análise das relações espaciais, destinada a revelar séries inusitadas de relações de causa e efeito. Se “em todos os seus escritos Tácito se mostra preocupado com a causalidade histórica profunda”¹⁶, muitos são da opinião de que quando se volta para a descrição de terras estrangeiras e de seus costumes é que o espírito filosófico de Tácito mostra por inteiro o fôlego que o distingue dos meros historiadores. Assim Montesquieu, n’*O espírito das leis*: “Tácito escreveu uma obra expressamente sobre os costumes dos germânicos: é essa a obra de Tácito que tudo abrange, pois nela, ele tudo viu”¹⁷. De acordo com Montesquieu, é preciso recuar até o pequeno escrito, anterior aos *Anais*, para perceber por que, afinal, a história de Tácito é incomparável. Teríamos ali um tratado menor, sobre costumes estrangeiros? Não nos enganemos. O que enxergou o historiador romano, ao ter visto *tudo*? Segundo Montesquieu, sua curiosidade pelas “maneiras” (*moeurs*) germânicas, longe de ser atizada pelo gosto do diferente ou do inusitado, tem a ver com uma indagação que remete à identificação com um passado que é o dos romanos e aponta para um futuro que é o da Europa da Idade Média, e também das Luzes. Quanto ao primeiro ponto, *Germânia* mostra, nas palavras de um comentador, que a “*libertas*, que fora o grande ideal de Roma, uma vez em mãos alheias se torna uma ameaça” a um povo que não a conhece mais, que se tornou ser-

historiography. Berkeley: University of California Press, 1990, p. 111.

15 TÁCITO. *Histórias*. Tradução Church. In: *The Great Books of the Western World*, vol. 15. Chicago: 1952. Veja-se igualmente *Anais*, III, 55.

16 CIZEK, E. *Histoire et historiens à Rome dans l’Antiquité*, pp. 227-28.

17 MONTESQUIEU. *Esprit des lois*. 2 vols. Paris: Garnier, 1973, XXX, 02. Deve-se a Montesquieu a descoberta, na idade moderna, do mérito filosófico de Tácito como historiador. Cf. a respeito Catherine VOLIPILLAC-AUGER, C. *Tacite et Montesquieu*. Oxford: Voltaire Foundation, 1985.

vil e precisa voltar a ser virtuoso, o que não se confunde com ser livre¹⁸. Quanto ao segundo ponto, Montesquieu afirma que já entre os germânicos descritos por Tácito a forma da dominação política é a vassalagem¹⁹, que posteriormente se imporia a toda a Europa, apagando quase que por completo os vestígios das instituições políticas greco-romanas. O interessante é que ambas essas características - liberdade e vassalagem - são aspectos integrantes de um mesmo sistema, que Tácito descreve assim:

Escolhem-se os reis dentre os nobres, os chefes segundo a coragem. Mas o poder dos reis não é nem ilimitado nem arbitrário, e os chefes, mais pelo exemplo do que pela autoridade, se concentram a decisão, se atraem os olhares, se atuam mesmo antes da guerra, impõem-se pela admiração.²⁰

A estrutura de poder delineada nessa passagem não é o amálgama de estruturas conhecidas; tem uma peculiaridade própria que permite situá-la fora da sucessão dos Estados que na Antiguidade clássica se enfrentaram pela dominação do Mediterrâneo, e que Tácito descreve nos *Anais* nos seguintes termos:

Os primeiros homens, ainda sem paixões desordenadas, viviam sem vícios e sem crimes, assim como sem leis e sem castigos. Nem eram precisos os prêmios, porque cada um seguia voluntariamente a virtude; e como nada se fazia contra ela, também era escusado o medo dos castigos. Porém tanto que se entrou a perder a igualdade, e em lugar da modéstia e do pejo se introduziram a ambição e a força, apareceu o despotismo, que entre muitos povos se tem conservado eternamente. Houveram alguns que logo, ou só depois de terem experimentado o poder arbitrário dos reis, recorreram ao abrigo da lei; mas no princípio todas as leis eram simples, e conformes com os costumes simples dos homens.²¹

Alheios a esse esquema geral, habitantes de um espaço em que o tempo parece ter transcorrido estabelecendo outros parâmetros de evolução política, os germânicos podem ser considerados uma anomalia, entretanto decisiva, como se os seus costumes - e não só os políticos - oferecessem um esquema de leitura e compreensão dos *mores* romanos, gregos, persas, modernos, etc., num jogo de identificação e estranhamento.

Gibbon, como bom leitor de Montesquieu e de Tácito, percebeu isso muito bem, e foi ainda mais longe que o filósofo francês: “as mais civilizadas nações da Europa moderna surgiram das florestas da Alemanha, e nas rudimentares instituições desses bárbaros podemos distinguir os princípios originais de nossas leis e manei-

18 THOMAS, R. F. *The Germania as literary text*. In: WOODMAN, A. J. (org.). *The Cambridge companion to Tacitus*, Cambridge: University Press, 2009, p. 64.

19 MONTESQUIEU. *Esprit des lois*. 2 vols, XXX, 03.

20 TÁCITO. *Germânia*. Ed. Bilíngue. Tradução de Jacques Perret. Paris: Les Belles-Lettres, 1997, VII.

21 TÁCITO. *Anais*, III, 26.

ras”²². Confessar este segredo - os europeus da Ilustração estão mais próximos dos bárbaros do norte que dos antigos gregos e romanos - é ampliar o campo de investigação histórica para nele incluir uma sociologia.

É preciso, porém, adverte Gibbon, precaver-se para que as generalizações não escapem ao controle da imaginação que as realiza. Também nisso o historiador romano teria sido magistral. Restringindo-se a *exibir* as provas que respaldam uma teoria da história que permanece sugerida, jamais enunciada, Tácito evita a tentativa de estender o esquema que preside as comparações entre romanos e germânicos a outros povos em outros momentos da experiência. Gibbon, cioso dessa lição, evita do mesmo modo uma generalização como a que propõe um de seus ilustres contemporâneos, também leitor de Montesquieu, Adam Ferguson: “na condição presente das tribos americanas podemos contemplar, como num espelho, as feições de nossos progenitores, e delas extrair conclusões a respeito da situação em que, assim nos parece, se encontravam os nossos ancestrais”²³. Gibbon ajusta os termos dessa afirmação, tornando-a menos geral, mais plausível, ao sugerir um antepassado de data certa e lugar determinado, reforçando a contiguidade e semelhança entre dois objetos que dificilmente poderiam ser aproximados diretamente por relação de causa e efeito:

Em seu primitivo estado de simplicidade e independência, os germânicos foram observados pelo penetrante olhar e delineados pela magistral pluma de Tácito, o primeiro dos historiadores a aplicar a ciência da filosofia ao estudo dos fatos. Em seu incomparável tratado, que contém, talvez, mais ideias do que palavras, ele incluiu a descrição das maneiras germânicas, fornecendo exercício para a diligência de inúmeros estudiosos da Antiguidade e emprego ao gênio e à penetração dos historiadores filosóficos de épocas posteriores²⁴.

Como mostra David Womersley²⁵, nesse capítulo de *Declínio e queda do império romano* Gibbon se sente à vontade para citar, parafrasear e distorcer Tácito. Isso tudo, porém, acrescentemos, ocorre na superfície: o método e o argumento de Gibbon, bem como sua cautela, são estritamente calcados na atitude de seu predecessor.

Logo na abertura de *Germânia*, Tácito encontra um abismo insuperável a separar os romanos de seus mais próximos e mais ameaçadores vizinhos, observando que “antigos poemas são a única forma de tradição e de história que eles conhecem”²⁶.

22 GIBBON, E. *Decline and fall of the Roman Empire*. 6 vols., Londres: 1774. Edição eletrônica Eighteenth century collections online, I, 09.

23 FERGUSON, A. *An essay on the history of civil society*. Ed. Oz-Salzberg. Cambridge: University Press, 1998, p. 90.

24 GIBBON, E. *Decline and fall of the Roman Empire*, I, 09, p. 308.

25 WOMERSLEY, D. *The transformation of “The decline and fall of the roman empire”*. Cambridge: University Press, 1988, cap. 06.

26 TÁCITO. *Germânia*, II, 03.

Gibbon interpreta essa frase como evidência de que os bárbaros germânicos ignoram o uso das letras: têm tradição exclusivamente oral, suas leis não são redigidas, os contratos celebrados são precários e, por isso, os costumes são tão violentos quanto ditam as paixões, com consequências diretas para a ordem pública. De certa forma, essa nação está fora do campo em que se encontram os objetos passíveis de história. Lembremos a advertência de Hume, que restringia os domínios da experiência política a, no máximo, dois ou três mil anos (quando foi inventada a escrita)²⁷:

A curiosidade das nações civilizadas pela investigação dos feitos e aventuras de seus ancestrais explica porque é tão comum que se lamente que a história de épocas remotas esteja sempre envolta em obscuridade, incerteza e contradição. Homens sagazes, com o tempo à sua disposição, estendem suas pesquisas para além dos períodos em que monumentos literários foram erguidos ou preservados, sem refletir que a história de eventos passados é imediatamente perdida e desfigurada quando confiada à memória e à tradição oral, e que as aventuras de nações bárbaras, mesmo que tivessem sido registradas, ofereceriam pouco ou nenhum entretenimento a homens nascidos em épocas mais cultivadas. As convulsões de um estado civilizado respondem, usualmente, pela parte mais instrutiva e interessante de sua história, e as revoluções súbitas, violentas e inesperadas, tais como as dos bárbaros, são tão guiadas pelo capricho, e tantas vezes terminam em crueldade, que nos repugnam por sua aparência uniforme, e é para o bem das letras que sejam relegadas ao silêncio e ao esquecimento.²⁸.

No Século das Luzes continua vigente o preceito da retórica antiga: só é digno de narrativa o elevado e nobre, nunca o vil e baixo²⁹, com a diferença de que essa norma aristocrática é reformulada nos termos de uma ciência em que o testemunho fidedigno de épocas respalda uma crença que não tem outro fio condutor, senão esse, pelo qual se guiar no reconhecimento da verdade de épocas passadas. O próprio Gibbon confessa, quando está prestes a examinar os costumes de outros bárbaros - os Hunos - que é com certa relutância que ele deixa, por um instante, a grande política romana para se debruçar sobre as maneiras de um povo pastoril cuja única arte é a da guerra³⁰. Daí o mérito relativo de uma investigação sobre os germânicos:

Os germânicos da época de Tácito desconheciam o uso das letras³¹, e o uso das letras é a principal circunstância que distingue um povo civilizado de uma horda de selvagens incapazes de conhecimento ou reflexão. Sem o auxílio artificial das letras, ele logo dissipa ou corrompe as ideias confiadas à sua guarda, e as faculdades mais nobres do espírito, não mais supridas de modelos ou de materiais, gradualmente esquecem os seus poderes: o juízo se torna débil e letárgico, a imaginação lânguida ou irregular. Para apreendermos essa importante verdade, tentemos, numa sociedade desenvolvida, calcular a imensa distância que separa o homem de conhecimentos e o camponês

27 HUME, D. Da liberdade civil. In: *Essays, moral, political and literary*, p. 87; *A treatise of human nature*, IV, 04, VI.

28 HUME, D. *History of England*, vol. I, pp. 03- 04.

29 CÍCERO. *De oratore*, II, 51 ss.

30 GIBBON, E. *Declínio e queda do império romano*, cap. 36, início.

31 TÁCITO. *Germânia*, II, 19.

iletrado. O primeiro, pela leitura e pela reflexão, multiplica sua própria experiência, e vive em épocas distantes e países remotos, enquanto o último, enraizado num único ponto, e confinado a uns poucos anos de sua própria existência, mal supera seu companheiro de trabalho, o bovino, no exercício de suas faculdades mentais. A mesma diferença, ou ainda maior, será encontrada entre as nações, e podemos declarar com segurança que sem alguma espécie de escrita nenhum povo jamais preservou fielmente os anais de sua própria história, ou realizou algum progresso considerável nas ciências abstratas, ou possuiu, em algum grau tolerável de perfeição, as artes úteis e agradáveis da vida³².

Encontra-se aqui uma interessante analogia entre o bárbaro germânico da época de Tácito e o camponês iletrado da época de Gibbon. De um lado, uma diferença demarcada por uma fronteira: o contato entre romanos e germânicos ocorre a partir do reconhecimento de uma separação política entre duas “nações” (lembrando que aqui os germânicos não têm “Estado”). É pelo crivo dessa distinção que podem ser pensadas, por homens como Tácito, as diferenças entre a civilidade romana e a barbárie germânica. Do outro lado, uma diferença que se põe entre homens de um mesmo corpo político. O camponês da França ou da Inglaterra está tão distante de seu soberano, da corte ou do mundo elegante desses “países” quanto estão próximas entre si essas esferas, ainda que separadas por fronteiras políticas. A “humanidade” não se restringe a este ou aquele território, e o mesmo vale para a “bestialidade”. O homem de letras é letrado em toda parte, o camponês é, em toda parte, um animal. Quanto a uma nação de camponeses, não seriam os seus membros, indistintamente, “animais”, por desconhecerem o uso das letras?³³

Entre o homem que adquiriu letras e o que permanece ignorante há um hiato cuja extensão e profundidade não deve ser negligenciada. Bárbaros, selvagens e camponeses não deixam de ser humanos; mas, por permanecerem estagnados, ou por se posicionarem *no espaço* mediante o que poderíamos chamar de *intuição estática do tempo*, oferecem o quadro de uma humanidade que se recusa, às vezes tenazmente, a realizar suas próprias disposições, a se tornar *plenamente* humana. Assim, a diferença entre quem fala e escreve e quem apenas fala é que este último não se dá conta de que falar é representar-se algo para si mesmo, ou seja, fala como quem caminha ou respira: sem saber o que está fazendo³⁴. A comparação entre o

32 GIBBON, E. *Decline and fall of the Roman Empire, Declínio e queda*, cap. 36, pp. 314-5.

33 A comparação proposta por Gibbon fez escola. Encontramo-la, poucos anos depois, em José Bonifácio. Ouçamos Manuela Carneiro da Cunha: “Os grupos indígenas hostis são o *homo ferus*, o homem abandonado a si mesmo, semelhante ao “animal sylvestre seu companheiro”. O que se deve notar aqui é a passagem de um coletivo, o grupo indígena, para um singular, o *homo ferus*, passagem com implicações importantes, porque é aí que se articula o raciocínio. As nações indígenas, abandonadas a si mesmas, são como uma criança que não conheceu o convívio humano: cumpre trazê-las ao “comércio com as nações civilizadas” para que, comunicando-se com elas, realizem plenamente sua humanidade”. CARNEIRO DA CUNHA, M. *Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio*. In: *Cultura entre aspás*. São Paulo: CosacNaify, 2009, p. 161.

34 HUME, D. *A treatise of human nature*, I, 4, 3, 183.

iletrado e o alfabetizado ensina também porque não poderíamos obter junto a este último, que é um desgarrado do mundo natural, uma história natural do espírito humano, e porque o primeiro, que *pensa quase como os animais*, estaria mais capacitado a fornecê-la. Voltemos ao *Ensaio sobre literatura*:

Que espetáculo, para um espírito verdadeiramente filosófico, ver as opiniões mais absurdas serem aceitas nas nações mais esclarecidas! Bárbaros chegarem ao conhecimento das mais sublimes verdades; conseqüências verdadeiras, mas pouco justas, extraídas dos princípios mais errôneos; princípios admiráveis, que aproximam da verdade mas não conduzem a ela; a linguagem formada sobre as ideias, as ideias justificadas pela linguagem; as fontes da moral, por toda parte as mesmas; as opiniões da contenciosa metafísica, sempre diferentes, via de regra extravagantes, nítidas somente quando superficiais, sutis, obscuras, incertas, todas as vezes que se pretendem profundas. Uma obra filosófica escrita por um iroquês, por repleta de absurdos que fosse, seria uma produção inestimável. Ofereceria uma experiência única da natureza do espírito humano, em circunstâncias que nunca experimentamos, dominado por maneiras e por opiniões religiosas totalmente contrárias às nossas. Poderíamos nos surpreender e nos instruir com a contrariedade de ideias que nasceria; buscaríamos suas razões; acompanharíamos a alma de erro em erro. Poderíamos reconhecer, com prazer, alguns de nossos princípios, descobertos, porém, por outras rotas, quase sempre modificados e alterados. Aprenderíamos não somente a admitir como também a sentir a força de nossos preconceitos, a não nos surpreendermos com o que parece ser mais absurdo, e a desconfiarmos do que parece mais bem estabelecido.³⁵

O raciocínio de Gibbon é paradoxal: para fornecer uma tal história, o iroquês ou o germano ou o camponês teria que saber escrever, e então se esqueceria dela para pensar em coisas “mais interessantes”. Isso não esgota, contudo, as chances de um experimento tal como o proposto por Gibbon. E se a língua falada fosse dissociada da escrita, e esta não fosse mais considerada como complemento necessário daquela? É o que propõe Rousseau, no *Ensaio sobre a origem das línguas*:

A arte de escrever não tem a ver com a arte de falar. Ela responde a uma outra natureza de necessidades, que nascem mais cedo ou mais tarde segundo circunstâncias inteiramente independentes da duração da existência dos povos e que podem nunca ocorrer mesmo em nações muito antigas.³⁶

Feita essa dissociação, que põe em igualdade nações recentes e antigas, nações que escrevem e nações que falam, seria possível dirigir-se respeitosamente ao iroquês e conversar com ele, escutar atentamente sua fabulação sobre a história do espírito humano em seu habitat primordial, o mundo dos elementos naturais. O resultado dessa conversa, transcrito para o papel e exposto de forma ordenada, por um homem alfabetizado, poderia resultar em algo como uma gramática dos mitos (a exemplo das *Mitológicas* de Lévi-Strauss). Ora, não é fortuito que o autor dos *Tristes*

35 GIBBON, E. *Essai sur l'étude de la littérature*, §47.

36 ROUSSEAU, J. J. *Essai sur l'origine des langues*. Ed. Starobinski, Paris: Gallimard/Folio, 1990, p. 76.

trópicos, como leitor de Rousseau, tenha mostrado que a escrita não tem a ver com a reflexão nem com a produção dos conhecimentos, que teria ocorrido sem signos gráficos durante todo o neolítico; e desenvolva a seguinte consideração - detendo-se justamente naquelas “circunstâncias” extrínsecas a que se refere Rousseau:

Se a minha hipótese estiver certa, se o único fenômeno que acompanhou fielmente a escrita foi a formação das cidades e dos impérios..., há que se admitir que a função primária da comunicação escrita foi facilitar a servidão. O emprego da escrita com fins desinteressados, visando extrair-lhe satisfações intelectuais e estéticas, é um resultado secundário, se é que não se resume, no mais das vezes, a um meio para reforçar, justificar ou dissimular o outro.... Se a escrita não bastou para consolidar os conhecimentos, foi talvez indispensável para fortalecer as dominações³⁷.

É lícito presumir que se Lévi-Strauss se desobriga de demonstrar a hipótese “genealógica” acerca da origem da escrita, ao mesmo tempo em que concorda explicitamente com a tese de Rousseau no *Ensaio sobre a origem das línguas*, é porque aceita, em alguma medida, o que este diz sobre a dissociação entre signo visual/gráfico e signo verbal, e identifica, tal como fizera Rousseau, a invenção do alfabeto à entrada do homem na civilização ou na história.

Todavia, Lévi-Strauss tem sagacidade suficiente para não se contentar com a simples denúncia da escrita alfabética e do tipo de civilização que ela engendra. A empreitada realizada nas *Mitológicas* não seria possível se não fossem as transcrições de mitos realizadas por estudiosos, e o que a leitura dessas estórias e fábulas mostra é um mundo que, longe de ser estacionário, é feito de um movimento similar ao que Gibbon esperava encontrar no espírito do selvagem. Com esta diferença: o espírito deste, para o etnólogo, é feito não de operações básicas que o mito reproduz, mas de uma especulação, complexa e sinuosa, a respeito das origens e da ordem do mundo em que ele vive. Em suma, trata-se mesmo de uma história natural, mas não do espírito humano e sim das coisas, contada a partir do ponto de vista da organização dualista que nas diferentes sociedades ameríndias é a base estrutural das relações de parentesco que, ao menos em parte, condicionam o olhar histórico do selvagem. O que nos leva à conclusão de Lévi-Strauss:

Tentamos definir por suas características distintivas o que seria uma história sem arquivos, escrita segundo as tradições orais de várias famílias, cujos ancestrais viveram mais ou menos os mesmos eventos. Dessa história, comum de direito ou mesmo de fato, cada um deteria apenas fragmentos, e, para preencher suas lacunas, tomaria de empréstimo aos outros, impondo-lhes sua perspectiva própria, eventos análogos àqueles de que seus membros - acredita ele - podem ter outrora participado. Desse modo, seriam constituídos, como matéria prima da história, o que se pode chamar de eventos-tipo: não rigorosamente verdadeiros, mas tampouco completamente falsos.³⁸

37 LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 282-3.

38 LÉVI-STRAUSS, C. *Minhas palavras*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 155.

A fabulação do historiador selvagem de mitos é um dispositivo de estabilização, que compensa a ausência, nas sociedades originárias do continente americano, do aparato estatal que nas sociedades civilizadas é responsável pela manutenção da ordem política. Lévi-Strauss chama a atenção para essa equivalência precisamente porque sua análise é centrada no mito e na linguagem como estruturas e não como meios de vinculação de conteúdos estranhos a essas formas. Ao contrário, a ênfase nos conteúdos explica porque Gibbon desconsidera a possibilidade de reconstituir algo como uma “metafísica de iroquês”, que ele, por razões determinadas, supõe ser desprovida de lógica. Se só articula os próprios pensamentos quem sabe escrever, se falar não é suficiente, e só sabem escrever, como assinala Rousseau, “povos refinados (*policées*)”³⁹ por instituições que abrandaram seus sentimentos mais naturais em nome das boas relações e do comércio, segue-se que a filosofia e as ciências abstratas, as louvadas por Gibbon, só podem surgir quando a dominação e a desigualdade tiverem se tornado fato consumado⁴⁰. O estudo de uma sociedade iletrada deve ser tal como o de objetos da natureza irracional, baseado em observação e em experimentos cuidadosos, de modo algum na comunicação, pois o selvagem, embora saiba falar e tenha uma língua, não sabe utilizá-la para os fins apropriados. Por essa razão, o material etnográfico herdado de Tácito tem valor puramente histórico: é registro de uma nação iletrada por um dos grandes escritores latinos. Sem a pluma deste, e sem o seu estilo único, capaz de filtrar as características pertinentes de uma nação que, vista de perto, pareceria repugnante, o passado dos germânicos antes da invasão do império teria desaparecido, sem que ninguém desse por falta dele. Referindo-se aos hunos, Gibbon diz:

A memória de eventos passados não poderia ser preservada por muito tempo em meio às frequentes e longas emigrações dos iletrados bárbaros. Os tártaros modernos ignoram as conquistas de seus ancestrais, e o conhecimento que temos da história dos citas deriva do contanto deles com as nações letradas e civilizadas do Sul, os gregos, os persas e os chineses⁴¹.

O historiador inglês tem em mente, por certo, o material sobre os citas que se encontra em Heródoto, que se ocupa longamente dessa nação no livro IV de *Histórias*. Ali, diferentemente de Tácito, não se trata de encontrar no bárbaro a origem

39 ROUSSEAU, J. J. *Essai sur l'origine des langues*, p. 74. “Policées”, não “civilisées”: estaria Rousseau reservando esta última alcunha a um uso mais geral, que denominaria toda e qualquer organização social humana?

40 Novamente Manuela Carneiro da Cunha: “a sujeição em seus múltiplos sentidos é a condição e critério do estado de sociedade”. Pouco importa, no entanto, se, como quer Bonifácio, a lei vem “coibir e dirigir as paixões” do desregrado indígena, ou se, como propõe Von Martius, há nestes uma “sociabilidade irreductível” que a lei contraria e a muito custo reprime: “anteriores à civilização ou posteriores a ela, em ambos os casos, no entanto, eles faltaram ao encontro da história”. CARNEIRO DA CUNHA, M. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. In: *Cultura entre aspás*, pp. 162-3.

41 GIBBON, E. *Decline and fall of the Roman Empire*, cap. 26.

do grego, mas sim de identificar nos citas certas práticas, diríamos estruturantes da vida social, que os citas têm em comum com os gregos, o que permite medir a enorme distância que separa uns de outros. Assim, comentando a questão do sacrifício, Hartog explica que “o sacrifício grego, agindo como modelo ausente, oferece, a um só tempo, a possibilidade de apreender a prática cita e de traduzir a sua alteridade”⁴². Quanto a Gibbon, sua digressão sobre os citas está centrada na única característica que ele considera historicamente relevante desse povo de origens ancestrais: são nômades que vagueiam pelas estepes, são guerreiros iletrados. Daí a conclusão metodológica: só é possível conhecê-los na medida em que sua imagem estiver fixada na palavra escrita. E a conclusão conceitual: só há interesse em conhecê-los na medida em que são relevantes para a dissolução do império romano e em que protagonizam uma verdadeira *involução* da natureza humana na história, nação de pastores rústicos que contribui para o fim de uma civilização urbana e comercial.

É na história, com efeito, que se desvenda a fugidia *estrutura* do espírito humano, como regularidade de comportamentos ditados por afecções e paixões que moldam a imaginação humana e ditam seu ritmo e direcionamento na constituição do mundo da cultura. Precisamente por insistir no uso da palavra escrita como ferramenta indispensável ao estudo do caráter histórico da natureza humana, Gibbon formulou, por via negativa, um esboço da ideia que não deixa de ser próxima daquela de Lévi-Strauss: as narrativas do selvagem, os seus mitos, revelam antes uma estrutura do espírito humano, do que conteúdos ou ideias particulares. Mas, por definir sua investigação como histórica e não antropológica, pautada por necessidades verificáveis, não lhe pareceria importante ouvir o que teria a dizer o iroquês, abertura que essa poderia fornecer o mais improvável: uma história da formação do espírito humano. É verdade que mesmo que Gibbon aceitasse esse projeto, não chegaria às conclusões de Lévi-Strauss; mas poderia reconhecer nas páginas da *Germânia*, mais que um espelho distorcido da grandeza romana e um prenúncio das instituições europeias, um gênero de investigação histórica promissor, no que se refere ao alargamento e aprofundamento da noção mesma de natureza humana. Não é fortuito que Lévi-Strauss, na conclusão das *Estruturas elementares do parentesco*, atribua a Tácito o seguinte feito:

A relação excepcionalmente estreita entre o tio por parte de mãe e o filho da sobrinha deste, descrita por Tácito entre os germânicos... põe o mesmo problema da presença de um traço pseudo-matrilinear num regime de direito paternal, a cuja solução fomos progressivamente levados pelo estudo de sociedades birmanesas, siberianas e indianas⁴³.

42 HARTOG, F, *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Tradução J. L. Brandão, B. Horizonte: UFMG, 1999, p. 50.

43 LEVI-STRAUSS, C. *Les structures elementaires de la parenté*. 2ª edição. Paris: Mouton, 1967, pp. 536 ss.

Tácito, pioneiro da antropologia estrutural? A sugestão não é tão disparatada quanto parece. Tendo em vista as complexas regulações do direito romano referentes às regras do casamento e da hereditariedade⁴⁴, a atenção de Tácito a esse costume⁴⁵ não é fortuita. Detendo-se nela, o historiador destaca uma diferença essencial para compreender que os costumes que regulam o matrimônio podem variar, o que importa é que em Roma como na Germânia ele ocorre segundo regras claras e definidas, que dão unidade ao conjunto de relações que distinguem o estado civil do estado de natureza.

Esta constatação, como poderão reconhecer os leitores de Gibbon, é de extração filosófica, e mostra a abrangência e a penetração da visão taciteana. Ouçamos Gibbon a respeito:

Uma nação belicosa como a dos germânicos, carente de cidades, de letras, de artes ou de moeda, encontrou no desfrute da liberdade alguma compensação para essa condição selvagem. Sua pobreza assegurou sua liberdade, pois nossos desejos e poses são os mais fortes incitadores do despotismo. “Entre os suecos”, diz Tácito, “riquezas são consideradas honrosas. Submetem-se, *por isso*, a um monarca absoluto, que em vez de conceder ao povo o livre uso das armas, como acontece no restante da Germânia, confina-o a uma custódia não como a de um cidadão, tampouco como a de um homem liberto, mas como a de um escravo. Os vizinhos dos suecos, os suevos, estão mergulhados abaixo do nível da servidão: obedecem a uma mulher”. Ao mencionar essas exceções, o grande historiador confirma a teoria geral do governo. Ficamos apenas sem saber como riquezas e despotismo teriam penetrado num remoto canto do norte, extinguindo ali a generosa chama que com tanta intensidade resplandecia na fronteira das províncias romanas; ou como os ancestrais dos dinamarqueses e noruegueses, que em épocas mais recentes se distinguiram por seu espírito indômito, poderiam ter renunciado tão docilmente ao caráter da liberdade germânica. Algumas tribos, é verdade, na costa do Báltico, reconheciam a autoridade de reis, embora não entregassem a eles os direitos dos homens; mas, na grande maioria da Germânia, a forma de governo era a democracia, temperada, e mesmo controlada, não tanto por leis gerais positivas quanto por ocasionais distinções de berço ou de valor, de eloquência ou de superstição.⁴⁶

A etnografia redundante, no balanço final, numa teoria das formas de governo, baseada no estudo das maneiras da nação em que cada forma se manifesta. Em outras palavras, a riqueza de costumes e a inteligência da ordem que os conecta não conduz a uma etnologia, antes fornece os materiais necessários para que o discernimento do historiador separe o essencial do supérfluo e estabeleça um sistema de causas e efeitos ali onde outros preferirão ver estruturas mais ou menos estáticas e resistentes à passagem do tempo.

Ciente de que um Tácito não poderia surgir na modernidade, os tempos são

44 Descritas por Paul Veyne em VEYNE, P. Les noces du couple romain. In: *Sexe et pouvoir à Rome*. Paris: Tallandier, 2005.

45 Cf. TÁCITO. *Germânia*, XVI - XVIII.

46 GIBBON, E. *Declínio e queda do império romano*, III, 37. A passagem citada da Germânia é 44-5.

outros, e mudaram as circunstâncias, Gibbon, no *Ensaio sobre literatura*, identifica em Montesquieu o herdeiro legítimo da história filosófica na época das Luzes.

A teoria das causas gerais nas mãos de um Montesquieu seria uma história filosófica do homem. Ele nos mostraria as causas regrado a grandeza e a queda dos impérios, assumindo, sucessivamente, as feições da fortuna, da prudência, da coragem, da fraqueza, agindo sem o concurso de causas particulares, às vezes triunfando sobre elas. Isento de amor por seus próprios sistemas, a mais vil das paixões filosóficas, ele saberia reconhecer que, malgrado a extensão das causas, seu efeito não deixa de ser limitado, e mostra-se, principalmente, nos eventos gerais, cuja influência lenta, mas certa, altera a face da terra, sem que na época se perceba essa alteração, que ocorre sobretudo nas maneiras, na religião e em tudo o que está submetido ao jugo da opinião. Eis uma parte das lições que esse filósofo poderia extrair.⁴⁷

É preciso dar todo o peso a essa maneira de falar: “nas mãos de um Montesquieu”, o que pode querer dizer *pelo pincel de um Montesquieu que nos mostrasse*, indo além de Roma, as leis gerais *definitivas* que regem a história humana com uma necessidade tão férrea quanto a das leis naturais. O que veríamos, então, é um quadro do espírito humano, firmemente delineado, em meio a vicissitudes, caprichos e contingências, que dão colorido e variedade a uma cena que o olho identifica, desde que se pautе pelos sentimentos mais profundos de uma imaginação que se reconhece a si mesma, na história, como regrada.

Em *Declínio e queda*, Gibbon parece ter mudado de opinião quanto à posição de Montesquieu, que em muitas notas é criticado por deficiências de estilo e por certa condescendência em relação a fatos insuficientemente demonstrados pela experiência. Os aparentes descuidos do autor de uma obra minuciosa como *Do espírito das leis* se explicam, em última instância, pela rígida concepção da relação entre o particular e o geral que pauta as suas análises. Gibbon percebeu, no trabalho de historiador, que a história humana é mais complexa do que poderia sugerir a ideia de que “cada lei particular estaria ligada a outra ou dependeria de uma lei mais geral”⁴⁸. O verdadeiro Tácito moderno, agora, é Hume, que demonstra, na *Investigação sobre o entendimento humano*, uma compreensão mais fina da lógica que governa as coisas humanas:

Não devemos esperar que a uniformidade das ações humanas chegasse a ponto de todos os homens, nas mesmas circunstâncias, agissem sempre precisamente da mesma maneira, sem que nada se concedesse à diversidade de caracteres, preconceitos e opiniões. Tal uniformidade em cada particular não se encontra em parte alguma da natureza. Ao contrário, da observação da variedade de conduta em diferentes homens, capacitamo-nos a formar uma variedade maior de máximas que supõem sempre um grau de uniformidade e variedade.⁴⁹

47 GIBBON, E. *Essai sur l'étude de la littérature*, § 55.

48 MONTESQUIEU. *Esprit des lois*, prefácio.

49 HUME, D. An inquiry concerning the principles of morals. In: *Inquiries concerning human understanding and the principles of morals*, ed. Nidditch, Oxford: Clarendon Press, 1975, VIII, 01.

Em *Declínio e queda do império romano*, Gibbon presta homenagem - não sem uma pitada de ironia - a esse sutil estudioso da natureza humana:

Quando caçavam pelas florestas, consta que [os caledonianos] atacavam antes o pastor que o seu rebanho, e cuidadosamente escolhiam as partes mais delicadas e carnedas tanto dos varões quanto das fêmeas que preparavam para os seus horrendos repastos. Se existiu de fato nas vizinhanças da cidade comercial e literária de Glasgow uma raça de canibais, podemos admirar na história escocesa os extremos opostos de vida selvagem e civilizada. Tais reflexões tendem a alargar o círculo de nossas ideias e a encorajar a grata esperança de a Nova Zelândia produzir nalguma época futura o Hume do hemisfério sul.⁵⁰

Tirada jocosa, mas nem por isso leviana. O surgimento de “um Hume do hemisfério sul” seria um evento único, produção, por uma feliz concorrência de circunstâncias, de uma cabeça filosófica capaz, tal como a contraparte do norte, de contribuir para a compreensão *filosófica* dos fatos *históricos* que começam a transcorrer no hemisfério meridional, que já conta, na época de Gibbon, com muitos homens letrados que governam territórios de acordo com leis lavradas por escrito e regulam instituições que impõem uma ordem regular ao que antes parecia caprichoso - aparato que visa, explicitamente, estabelecer a desigualdade entre os homens e consagrá-la a ponto de ser tida por natural, a exemplo do que a escrita faz com a expressão verbal. Mas, contrariamente ao que havia sugerido Ferguson, se os caledônios podem ser comparados aos habitantes dos mares do sul, é porque nas instituições destes - rudimentares demais, primitivas demais -, assim como nas daqueles, não se entrevê algo como o passado de Roma e o futuro da Europa; apenas uma humanidade estacionária, à mercê de uma natureza benevolente da qual não soube ou não quis se desgarrar. Isso vale tanto para os que estão à margem das margens da Europa quanto para os que estão muito além de sua fronteira: uma mesma desumanidade, regida pelas mesmas leis. Fica, porém, a dúvida: permitirão as características dos selvagens do sul, tão diferentes das daqueles do norte, que se mantenha essa uniformidade de resultados? Ou serão suficientes para que os gênios do sul jamais sejam como os do norte?

Que não se peça, porém, a Gibbon, para vestir o manto do profeta. Tal como Hume, ele entreviu o fim da civilização das Luzes, e pôde testemunhar, diferentemente de seu mestre, o evento que varreria do mapa europeu as monarquias esclarecidas com suas cortes de filósofos. Mas, entre a Revolução Francesa e as invasões bárbaras, os paralelos são impossíveis; a não ser que, reduzindo a ciência histórica à comparação superficial e gratuita, alguém queira perverter a *crítica* em *ideologia*. Para tanto, seria preciso desconsiderar uma característica muito peculiar do estilo de Gibbon, para a qual Borges (quem mais, senão ele?) chamou a atenção: um tom

50 GIBBON, D. *Declínio e queda do império romano*, cap. XII, 02, p. 353.

solene, que acomoda e mesmo não dispensa a ironia, suave ou até franca⁵¹. Gibbon aprendeu com Tácito algo que podemos aprender com Gibbon: grandes livros de história não se restringem a ensinar fatos, aguçam o tino do leitor e despertam o gênio do investigador. É tudo, e é o bastante.

Referências

- BARTHES, R. Tacite et le baroque funèbre. In: *Essais critiques*, Paris: Seuil, 1964.
- BLAIR, H. *Lectures on rhetoric and belles-lettres*. Southern Illinois University Press, 2005.
- BORGES, J. L. Prólogo a Gibbon. In: *Prologos*. Buenos Aires: Emecê, 1987.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. In: *Cultura entre aspas*. São Paulo: CosacNaify, 2009.
- CÍCERO. *De oratore*. Tradução de E. Courband. Paris: Belles-Lettres, 2003.
- CIZEK, E. *Histoire et historiens à Rome dans l'Antiquité*. Lyon: Presses Universitaires, 1995.
- DIONISO DE HALICARNASSO. Da imitação. In: *Critical essays*, vol. I. Londres: Loeb, 1974.
- FERGUSON, A. *An essay on the history of civil society*. Ed. Oz-Salzberg. Cambridge: University Press, 1998.
- GIBBON, E. *Decline and fall of the Roman Empire*. 6 vols., Londres: 1774. Edição eletrônica *Eighteenth century collections online*.
- _____. *Declínio e queda do império romano*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Essai sur l'étude de la littérature*. Paris: 1762. Edição eletrônica *Eighteenth Century Collections online*.
- HARTOG, F. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de J. L. Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- HUME, D. *A treatise of human nature*. Ed. Selby-Bigge/Nidditch. Oxford: Clarendon Press, 1978.
- _____. *Essays, moral, political and literary*. Ed. Miller. Indianapolis: Liberty Fund, 1986.
- _____. *History of England*. 6 vols. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.

51 BORGES, J. L. Prólogo a Gibbon. In: *Prologos*. Buenos Aires: Emecê: 1987.

- _____. *Inquiries concerning human understanding and the principles of morals*. Ed. Nidditch. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Les structures elementaires de la parenté*. 2ª edição. Paris: Mouton, 1967.
- _____. *Minhas palavras*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MOMIGLIANO, A. Tacitus and the tacitist tradition. In: *The classical foundations of modern historiography*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MONTESQUIEU. *Esprit des lois*. 2 vols. Paris: Garnier, 1973.
- ROUSSEAU, J. J. *Essai sur l'origine des langues*. Ed. Starobinski. Paris: Gallimard/Folio, 1990.
- SYME, R. *Tacitus*. 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 2ª edição, 1958.
- TÁCITO. *Anais*. Tradução de Freire de Carvalho. Rio de Janeiro: Jackson, 1970.
- _____. *Germânia*. Ed. Bilíngue. Tradução de Jacques Perret. Paris: Les Belles-Lettres, 1997.
- _____. *Histórias*. Tradução Church. *The Great Books of the Western World*, vol. 15. Chicago: 1952.
- THOMAS, R. F. The Germania as literary text. In: WOODMAN, A. J. (org.). *The Cambridge companion to Tacitus*. Cambridge: University Press, 2009.
- TITO LÍVIO. *História de Roma*. 6 vols. Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1990.
- VEYNE, P. Les noces du couple romain. In: *Sexe et pouvoir à Rome*. Paris: Tallandier, 2005.
- VOLPILLAC-AUGER, C. *Tacite et Montesquieu*. Oxford: Voltaire Foundation, 1985.
- WOMERSLEY, D. *The transformation of "The decline and fall of the roman empire"*. Cambridge: University Press, 1988.

Recebido em: 03.03.2015

Aceito em: 18.05.2015